



EDUCAÇÃO INCLUSIVA

um desafio para todos

Ana Cristina Tinôco

Bibliotecária da BCZM

Ao adentrarmos o primeiro salão da Biblioteca Central Zila Mamede – BCZM –, observamos, de imediato, no lado esquerdo, uma obra inacabada, momentaneamente paralisada por motivos alheios para a grande maioria dos frequentadores. Para os curiosos a explicação dada reporta-se ao futuro elevador que facilitará o acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais – PNE – aos demais pisos. Então ficamos nós bibliotecários, docentes, discentes, pessoas do entorno, e demais frequentadores da BCZM a esperar pela conclusão da obra e os respectivos benefícios advindos. Nossa espera, entretanto, não tem sido diferente de muitas no desenrolar da trajetória do tema abordado neste texto.

Numa rápida pesquisa com os termos "deficiência visual" e "cegueira" em nossa Base Aleph (curiosamente título de um livro de Jorge Luiz Borges, profícuo escritor argentino que ficou cego aos 56 anos) foram identificadas 27 referências em formatos diversos. São livros, trabalhos acadêmicos, multimeios e folhetos nas mais diversas áreas do conhecimento. Desde teses e dissertações que falam sobre softwares específicos para auxílio aos deficientes visuais – DV – ou pessoas com outras limitações, a trabalhos sobre educação inclusiva, acessibilidade, até técnicas da biblioterapia para, como bem elegeru o faraó egípcio Ramsés II, fazer da leitura um remédio para a alma, ou mais modernamente, servir como passaporte para o universo livre da imaginação.

Dentre as publicações localizadas, a dissertação de Vanessa Gosson Gadelha de Freitas Fortes cujo título "A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a

percepção dos acadêmicos" apresentou claras elucidações sobre o difuso mundo dos deficientes visuais e sua eterna luta para incluírem-se produtivamente na sociedade. Através da leitura remontamos aos registros iniciais sobre a cegueira e entendemos a luta empreendida através dos séculos e por que ainda hoje há tanta comiserção e assistencialismo, neste sentido voltado para submissão e dependência.

Segundo a mestrandia, a atenção aos PNE teve seu percurso histórico documentado por muitos estudiosos. Desde a pré-história, quando as crianças com deficiências eram consideradas escórias e abandonadas à própria sorte, para morrerem à míngua ou serem devoradas por animais, passando pela cultura espartana que defendia verdadeiras ações de eugenia ao eliminar os nascituros defeituosos em prol da composição de uma sociedade bela, perfeita e saudável, até o surgimento do cristianismo que lançou sobre a humanidade mudanças fundamentais e novos valores, como a compaixão e o amor ao próximo. A contribuição de movimentos como o renascimento, a revolução francesa, o capitalismo e o antropocentrismo, trouxeram uma nova visão sobre esses indivíduos; não mais o olhar excludente e segregador, e sim a aceitação como verdadeiras identidades biológicas e sociais.

Entre os séculos XVI e XVIII as primeiras iniciativas foram empreendidas no tocante ao ensino dos DV. Louis Braille, cego desde os três anos, provavelmente ao brincar com objeto pontiagudo na oficina do pai, frequentou uma incipiente escola para DV onde o alfabeto era confeccionado com grandes letras de pano coladas sobre papel. Em 1824, com apenas 15 anos, conseguiu,



depois de três anos de estudos, adaptar e simplificar uma codificação usada para comunicação entre militares à noite, criando então o Sistema Braille. Iniciava-se assim uma nova etapa em busca da igualdade de oportunidades para as pessoas com limitações visuais graves ou cegueira total.

No século passado, exatamente em 1981, com a celebração do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, esforços conjuntos internacionais somaram resultados relevantes. Foram eventos como as Declarações de Cuenca e Sunderberg, ambas em 1981, tendo como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos(1941); a Declaração Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia(1990); em Cartagena de Índias(1992) e sobre Políticas Integrais para PNE na Região Ibero-Americana. No ano de 1993 houve uma série de acontecimentos que muito contribuíram para o estabelecimento da política mundial. Dentre eles as "Normas Uniformes sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Incapacidades", apresentadas durante a 85ª Assembléia Geral das Nações Unidas; a Declaração de Santiago, com intenções de melhorias globais na qualidade de aprendizagem e a Conferência Hemisférica de Pessoas com Deficiências. A Agenda para o Futuro, em Washington, e a Declaração de Salamanca(1994) sobre necessidades educativas especiais meritariamente legitimaram oportunidades para pessoas com limitações, ideais séculos antes difundidos na Revolução Francesa com seu slogan "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". No Brasil, os mais importantes instrumentos foram a Constituição da República Federativa de 1988, a Lei nº 7.853 de 24 outubro de 1989, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96). Iniciaram, portanto, o movimento de adaptação das Instituições Educacionais aos cuidados exigidos pelos alunos deficientes. Tais modificações estão relacionadas à capacitação e constante atualização dos docentes; à quebra das barreiras de atitude, como a exclusão social, o preconceito, o assistencialismo piedoso; à

transformação das estruturas arquitetônicas para acessos dos DV aos espaços de ensino; à sensibilização dos demais discentes quanto às atitudes de aceitação, apoio, compreensão, paciência e empatia; quanto ao uso de recursos ópticos e tecnológicos disponíveis, que descortinam um mundo de possibilidades para as pessoas com limitações diversas, entre outras atitudes identificadas por especialistas da área.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, comungando com os ideais humanitários da educação inclusiva, desenvolve o projeto "Pessoas com deficiência na UFRN: perfil, necessidades educacionais e acessibilidade". São docentes, bibliotecários e demais profissionais envolvidos no levantamento de informações necessárias para traçar o planejamento de uma política institucional que possibilite o acesso e permanência do PNE no ambiente acadêmico. A identificação das principais características da população de PNE, seus encaminhamentos e resultados possibilitarão que a UFRN participe em concorrências para financiamentos de projetos que contribuam para a oferta de melhores condições de frequência, locomoção e uso de recursos materiais e tecnológicos pelo alunato especial nos ambientes universitários.

O projeto, ainda em execução, já registrou 21 alunos ativos e matriculados em 15 diferentes cursos, em níveis de graduação e pós-graduação (mestrado), espalhados pelos Campus de Natal, Caicó e Currais Novos.

O desafio não é apenas da UFRN. É também um desafio nosso!
